FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

☆★☆

PROGRAMAS DE ENSINO

— DA —

1.ª A 5.ª CADEIRAS

— DO —

2.º ANO

☆★☆

APROVADOS PELA CONGREGAÇÃO

1962

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

PROGRAMAS DE ENSINO

— DA —

1.ª A 5.ª CADEIRAS

— DO —

2.º ANO

APROVADOS PELA CONGREGAÇÃO

1962

1.ª CADEIRA DO 2.º ANO

DIREITO CIVIL

Generalidades

1. Do Direito Civil e sua posição no quadro geral do Direito. Unidade e pluralidade do Direito Privado. Classificação do Direito Civil.

2. Das fontes do Direito Civil. O costume, a lei, a jurisprudência e a doutrina. O Código Civil.

Introdução

3. Da lei e suas espécies. Elaboração, obrigatoriedade e revogação da lei.

4. Dos limites da lei no tempo. Retroatividade da lei.

5. Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.

6. Eficácia da lei no espaço. Princípios de Direito Internacional Privado na Lei de Introdução.

Parte Geral

7. Do direito privado no sentido subjetivo: conceito e natureza. Objeto, conteúdo e extensão da eficácia do direito privado.

8. Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessoas. Das pessoas físicas ou naturais: início da personalidade. Da comoriência.

9. Das pessoas jurídicas: teorias e classificação. Constituição, personalidade, capacidade, administração, domicílio e extinção das pessoas jurídicas.

10. Do objeto do direito em geral e das coisas em particular. Conceito de coisa. Classificação das coisas.

11. Do nascimento, modificação e perda dos direitos.

12. Dos fatos jurídicos em geral. Dos atos jurídicos: elementos, divisões e requisitos.

13. Dos defeitos dos atos jurídicos: êrro, dolo, coação, simulação e fraude contra credores.

14. Das modalidades dos atos jurídicos: condição, têrmo e encargo. Teoria da pressuposição: noção.

15. Da forma dos atos jurídicos e sua prova.

16. Da ineficácia dos atos jurídicos: nulidade e anulabili-

dade. Ratificação, retificação e conversão. Da inexistência.

17. Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Do abuso de direito: noção.

18. Da influência do tempo no nascimento, modificação e perda dos direitos. Da prescrição: conceito, espécies, fundamento, alegação, suspensão, interrupção, renúncia e prazos.

19. Do exercício, concorrência e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.

Das obrigações: parte geral

20. Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.

21. Das causas geradoras das obrigações. Da declaração unilateral da vontade.

22. Das obrigações civís e naturais.

23. Divisão das obrigações pelo sujeito: simples e múltiplas (conjuntas e disjuntas), conexas e fracionárias.

24. Das obrigações de sujeitos múltiplos: solidariedade. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.

25. Divisão das obrigações pelo objeto: positivas e negativas. Das obrigações positivas de dar.

26. Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer. Das prestações fungíveis e não fungíveis.

27. Das obrigações de objetos múltiplos: alternativas, cumulativas e facultativas.

28. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Causas da indivisibilidade. Efeitos da indivisibilidade. Das obrigações instantâneas e contínuas.

29. Modalidades das obrigações: puras, condicionais e a têrmo. Das obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.

30. Das obrigações com cláusula penal.

31. Da transmissão das obrigações: noção geral. Da cessão do crédito e do débito: efeitos.

32. Da subrogação: natureza jurídica, espécies e efeitos.

33. Da extinção das obrigações. Do pagamento. Das pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.

34. Da mora: conceito, espécies, requisitos, efeitos e cessação.

35. Dos modos de pagamento. Do pagamento por consignação. Da imputação de pagamento. Da dação em pagamento.

36. Da novação: conceito, espécies, requisitos e efeitos.

37. Da compensação: formas, requisitos e efeitos.

38. Da transação: conceito, requisitos e efeitos. Do compromisso.

39. Da confusão e da remissão de dívidas.

40. Da inexecução das obrigações. Das perdas e danos. Da inexecução involuntária: o caso fortuito e a fôrça maior. Dos riscos. Da imprevisão: noções.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
janeiro de 1962.

(Prof. Abgar Soriano de Oliveira
Catedrático.

2.ª CADEIRA DO 2.º ANO

DIREITO PENAL

1.ª Parte

INTRODUÇÃO

1 — Conceito do Direito Penal

1. Denominação.

2. Definição.

3. Caracteres e conteúdo.

4. A ciência do Direito Penal.

5. Método.

6. Ciências penais.

7. Ciências auxiliares do Direito Penal.

8. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito e com as ciências extra-penais.

9. Direito Penal comum e Direito Penal especial.

II — O direito de punir: justificação doutrinária

1. Posição do problema.

2. As escolas penais.

3. O pensamento jurídico-penal após a II Guerra.

III — Desenvolvimento histórico do Direito Penal

1. As origens.

2. O Direito Penal da antiguidade.

3. O Direito Penal dos romanos.

4. Instituições germânicas.

5. Direito canônico.

6. O Direito Penal comum europeu.

7. O Iluminismo. Codificações. A chamada Escola Clássica.

8. O Século XIX. Positivismo penal. Posições ecléticas.

9. O Direito Penal do século XX. Legislações de transação. O totalitarismo. O Direito Penal da URSS e das democracias populares.

10. Os atuais sistemas legislativos.

IV — **O Direito Penal Brasileiro**

1. As Ordenações portuguesas.
2. O Código Criminal do Império.
3. O Código de 1890.
4. A Consolidação das Leis Penais.
5. Projetos de reforma.
6. O Código de 1940.
7. Leis complementares.
8. A doutrina jurídico-penal no Brasil.
9. As novas tendências reformadoras.

2.ª Parte

TEORIA DA LEI PENAL

V — **Fontes do Direito Penal**

1. Fontes de produção e de cognição.
2. A norma penal: conceito e classificação.

3. O princípio da legalidade: orígens, desenvolvimento, posição atual.

4. As leis penais em branco.

VI — **Interpretação da lei penal**

1. Conceito.

2. Elementos da interpretação.

3. A interpretação segundo o órgão de onde procede.

4. A interpretação segundo os seus resultados.

5. A interpretação teleológica.

6. Da analogia no Direito Penal.

VII — **Limitação da aplicabilidade da lei penal no tempo**

1. Obrigatoriedade da lei penal.

2. O problema da retroatividade da lei penal.

3. O tempo do crime.

4. A lei excepcional ou temporária.

5. O **tempus delicti** nos crimes continuados e nos permanente.

6. A lei nova e as medidas de segurança.

7. Concurso aparente de normas: princípios disciplinadores da matéria.

VIII — **Limitação da aplicabilidade da lei penal no espaço**

1. Os princípios reguladores da espécie e sua repercussão na legislação penal brasileira.

2. Definição de território.

3. O lugar do crime: teorias sôbre o assunto.

IX — **Limitação da aplicabilidade da lei penal quanto às pessoas**

1. O princípio geral da igualdade perante a lei.

2. Privilégios funcionárias quanto à aplicação da lei penal.

3. Da extradição: conceito.

4. A extradição no Direito brasileiro.

3.ª Parte

TEORIA DO ILÍCITO PENAL

X — **O ilícito penal**

1. A ilicitude penais e as demais ilicitudes.

2. Bi ou tri-partição do ilícito penal.

3. Distinção entre crime e contravenção no Direito brasileiro.

XI — **O crime: conceito. Elementos**

1. Conceito material ou substancial.

2. Conceito formal.

3. Concepções formais unitárias e analíticas.

4. Os elementos essenciais do crime: gerais e especiais.

5. Os elementos acidentais do crime.

6. Os sujeitos do crime: ativo e passivo.

7. Objeto material e objeto jurídico do crime.

XII — **A ação**

1. Concepções doutrinárias sôbre a ação.

2. Elementos da ação.

3. A omissão.

4. Causas excludentes da ação

5. Classificação dos crimes quanto a ação.

XIII — **O nexo de causalidade**

1. O problema filosófico da causa e sua ressonância no Direito Penal.

2. Doutrinas generalizadoras.

3. Doutrinas individualizadoras.

4. O nexo de causalidade no Direito brasileiro vigente.

XIV — **A tipicidade**

1. A doutrina da tipicidade.

2. Estrutura e elementos do tipo.

3. Espécies de tipo.

XV — **A antijuridicidade**

1. As concepções materiais e a concepção formal da antijudicidade.

2. Elementos subjetivos do injusto.

3. Causas que excluem a antijuridicidade no Direito brasileiro.

XVI — **A legítima defesa**

1. Conceito.

2. Fundamentação doutrinária.

3. Requisitos da legítima defesa no Código vigente.

4. O excesso na legítima defesa.

5. A defesa contra inimputáveis.

6. Idem, contra animais.

7. Idem, contra a multidão.

XVII — **O estado de necessidade**

1. Conceito.

2. Fundamentação doutrinária.

3. O estado de necessidade no Direito brasileiro vigente: requisitos.

4. O excesso no estado de necessidade.

5. O ressarcimento civil do dano no estado de necessidade.

XVIII — **O estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito**

1. Conceito.

2. Requisitos.

3. O excesso.

4. As intervenções médico-cirúrgicas.

5. As lesões nos jogos desportivos.

6. A utilização das **offendicula.**

XIX — **A culpabilidade**

1. Concepções doutrinárias divergentes.

2. Elementos da culpabilidade.

3. Responsabilidade objetiva.

4. A questão da culpabilidade nas contravenções.

5. As causas de exclusão da culpabilidade.

XX — **A imputabilidade**

1. Conceito.

2. Imputabilidade e responsabilidade.

3. Fundamentação doutrinária da imputabilidade.

4. A imputabilidade no Código vigente.

5. Teoria da **actio libera in causa.**

XXI — **O dolo**

1. Conceito.

2. Elementos do dolo.

3. Espécies de dolo.

4. Dolo civil e dolo penal.

XXII — **A culpa**

1. Conceito.

2. Fundamentação doutrinária.

3. Elementos da culpa.

4. Espécies de culpa.

5. Graus da culpa.

6. Culpa e perigosidade.

XXIII — **A exigibilidade de conduta diversa**

1. A doutrina da exigibilidade.

2. Posição do tema no Direito brasileiro.

XXIV — **A inimputabilidade**

1. Sistemas legislativos para determinação da inimputabilidade. O sistema do Código brasileiro vigente.

2. Menoridade penal.

3. Doença mental.

4. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

5. Os surdo-mudos e os silvícolas perante a lei penal.

6. Imputabilidade diminuida.

7. Personalidades psicopáticas.

8. Embriaguez e imputabilidade.

9. Os estados emocionais e a paixão.

XXV — **O êrro**

1. Conceito.

2. Êrro de Direito e êrro de fato.

3. O êrro como causa de exclusão da culpabilidade.

4. Debates doutrinários em tôrno do êrro de direito.

5. O êrro de direito na legislação penal do Brasil.

6. Êrro de fato essencial e acidental.

7. As justificativas putativas.

XXVI — **Coação irresistível e obediência a ordem de superior hierárquico**

1. Conceito.

2. Requisitos.

XXVII — **Os elementos acidentais do crime**

1. Conceito e classificação das circunstâncias.

2. Circunstâncias agravantes.

3. Circunstâncias atenuantes.

XXVIII — **A tentativa e o crime consumado**

1. Crime consumado, exaurido e tentado.

2. O **iter criminis.**

3. Crimes instantâneos, permanentes e continuados.

4. Caracterização jurídica da tentativa.

5. Punibilidade da tentativa.

6. Crimes que não admitem a forma tentada.

7. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.

8. Tentativa inidônea.

XXIX — **Concurso de agentes**

1. Conceito de autor.

2. Concurso necessário e concurso eventual.

3. A comparticipação criminosa: divergências legislativas e doutrinárias.

4. Requisitos da co-autoria no direito brasileiro vigente.

5. Momento do concurso.

6. Circunstâncias comunicáveis e incomunicáveis.

7. Cooperação dolosamente distinta.

8. Agente provocador.

9. Multidão criminosa.

10. Problemas especiais da co-autoria no direito brasileiro.

XXX — **Concurso de crimes**

1. A teoria do concurso e o problema de sua colocação sistemática.

2. Concurso material e concurso formal

3. Crime continuado.

4. Crime complexo.

5. Crime progressivo.

6. Crimes habituais.

4.ª Parte

O SUJEITO ATIVO DO CRIME

XXXI — **O homem como sujeito ativo do crime**

1. A questão da pessoa jurídica como sujeito ativo de certos crimes.

2. O delinquente e a Escola Positiva.

3. Tipos de autor.

4. Tipos criminológicos.

5. Posição atual da questão.

XXXII — **A personalidade do agente**

1. Caráter, temperamento e personalidade.

2. Métodos para o estudo da personalidade.

3. A personalidade do agente na legislação penal brasileira.

XXXIII — **Perigosidade criminal**

1. Orígens e desenvolvimento do instituto.

2. Fundamentação doutrinária.

3. Requisitos.

4. O diagnóstico da perigosidade.

5. A perigosidade no Código vigente.

5.ª Parte

TEORIAS DAS PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

XXXIV — **A pena**

1. Conceito. A pena e as demais sanções jurídicas.

2. As orígens da pena. Desenvolvimento histórico.

3. Conteúdo e fins da pena.

XXXV — **Modos de punir**

1. Pena de morte.

2. Penas corporais.

3. Penas infamantes.

4. Penas privativas da liberdade.

5. Penas pecuniárias.

6. A pena no direito contemporâneo.

XXXVI — **A pena no Código vigente**

1. Princípios constitucionais referentes à pena.

2. As penas previstas pela legislação penal vigente.

3. Penas principais, acessórias e complementares.

4. Penas de prisão, detenção e reclusão.

5. O sistema penitenciário brasileiro: as exigências legais e a realidade.

XXXVII — **Sistemas penitenciários**

1. As orígens e o desenvolvimento histórico dos sistemas penitenciários.

2. O sistema progressivo.

3. Os reformatórios.

4. As prisões abertas.

5. A crítica das prisões.

XXXVIII — **As medidas de segurança**

1. Orígens e desenvolvimento histórico do instituto.

2. Distinção entre pena e medida de segurança.

3. A moderna tendência unificadora.

XXIX — **As medidas de segurança no Direito brasileiro**

1. Classificação.

2. Disciplina de sua aplicação.

3. Os preceitos legislativos e a realidade.

XL — **Aplicação das sanções penais**

1. O art. 42 do Código vigente.

2. O problema da individualização da pena.

XLI — **Suspensão condicional da pena**

1. Orígens e desenvolvimento do instituto.

2. A suspensão condicional da pena no Direito brasileiro.

3. Crítica.

XLII — **Livramento condicional**

1. Conceito e requisitos.

2. Crítica.

XLIII — **Efeitos da condenação**

1. Consequências da sentença condenatória.

2. O debate atual em tôrno do amparo à família da vítima.

XLIV — **Extinção da punibilidade**

1. Conceito

2. Classificação das causas extintivas da punibilidade.

3. A extinção da punibilidade no Direito brasileiro.

AULAS E EXERCÍCIOS PRÁTICOS

As aulas e exercícios práticos, a cargo dos assistentes, consistirão:

1) Na discussão e solução de problemas relacionados com os temas expostos, juntamente com o estudo da orientação da jurisprudência brasileira;

2) Em debates orais sôbre questões doutrinàriamente controvertidas, buscando-se, em cada hipótese, fixar qual a solução compatível com os interêsses nacionais;

3) Em sabatinas para revisão periodica da matéria explicada;

4) Em exercícios escritos mensais, abrangendo os pontos anteriormente expostos. Comparecimento obrigatório.

5) Em visitas a instituições e estabelecimentos de interêsse para os estudos jurídico-penais, como a Penitenciária Agrícola de Itamaracá, a Casa de Detenção do Recife, o Juizado de Menores, etc. Tais visitas serão consideradas igualmente obrigatórias para todos os alunos, bem como a elaboração, em sucessivo, de um relatório com observações e sugestões.

LIVROS INDICADOS

Aníbal Bruno — **Direito Penal,** 2.ª ed., editora Revista Forense; José Frederico Marques, **Curso de Direito Penal,** 3 vls., editora Saraiva; Nelson Hungria, **Comentários aos Códigos Penal,** editora Revista Forense; Ruy da Costa Antunes, **Problemática da pena,** tese de concurso, Recife, 1959.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, janeiro de 1962.

(Prof. Ruy da Costa Antunes
Catedrático.

3.ª CADEIRA DO 2.º ANO

DIREITO CONSTITUCIONAL

I

A Ciência do Direito Constitucional

1. Conceito, objeto e tendências do Direito Constitucional.
2. Fontes do Direito Constitucional.
3. As regras do método político.
4. Técnica e Hermenêutica constitucionais.

II

5. Realidade social e constituição.
6. Conceito de constituição.
7. Preâmbulo das constituições.
8. Tipos de constituição.

9. Do poder constituinte.

10. Origem das constituições.

11. As constituições modrenas.

12. As causas sociais e econômicas da evolução política brasileira.

13. História constitucional do Império.

14. A 1.ª República.

15. A 2.ª República.

16. A Ditadura.

17. Realidade prática da constituição de 1946.

18. Emendas e leis complementares à constituição de 1946.

19. As disposições gerais da constituição.

20. As disposições transitórias da constituição.

21. O princípio da supremacia da constituição e o problema da sua reforma, emenda ou revisão.

22. O princípio da supremacia da constituição e o contrôle da constitucionalidade das leis.

III

O Princípio Democrático

23. Formas de Govêrno.

24. O conceito da democracia.

25. Tipos de democracia.

26. Formação histórica e desenvolvimento da democracia.

27. O regime representativo.

28. O mandato político.

29. O bicameralismo.

30. O regime diretorial.

31. O parlamentarismo.

32. O presidencialismo.

33. Os sistemas eleitorais.

34. A representação proporcional.

35. O voto feminino.

36. O voto do analfabeto.

37. O sistema eleitoral brasileiro.

38. Os partidos políticos.

39. Os partidos políticos na nação brasileira.

40. Elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidade eleitorais.

IV

O Princípio do Federalismo

41. Conceito do Estado.

42. O problema da soberania.

43. Formas de Estado.

44. Conceito de Estado Federal.

45. Origem do Estado Federal.

46. Regime das relações entre a União e os Estados-membros.

47. Os Estados-membros.

48. O Distrito Federal.

49. Os Territórios federais.

50. Da intervenção federal.

51. Do município.

52. Discriminação de competências entre a União, os Estados-membros e os Municípios.

53. Divisão de rendas.

54. O impôsto, a taxa e a contribuição de melhoria.

V

O Princípio Liberal

55. O conceito de liberdade.

56. Nacionalidade e cidadania.

57. Os direitos do homem.

58. As garantias constitucionais.

59. O júri.

60. O habeas-corpus.

61. O mandado de segurança.

62. Dos funcionários públicos.

63. Responsabilidades das pessoas de direito público pelos atos dos funcionários.

64. As fôrças armadas.

65. A separação de poderes.

66. As delegações legislativas.

67. Da segurança nacional.

68. O estado de sítio.

69. O direito de revolução.

VI

O Princípio Socialista

70. O conceito do socialismo.

71. A igualdade diante da lei.

72. O sindicalismo.

73. A reforma agrária.

74. O nacionalismo e a nacionalização das atividades econômicas.

75. Socialização dos meios de produção.

VII

O Govêrno Presidencial na Constituição brasileira de 1946

76. A natureza do govêrno presidencial.

77. Do Poder Legislativo e seus órgãos.

78. A Câmara dos Deputados.

79. O Senado Federal.

80. As imunidades parlamentares.

81. Do mandato, sua perda e renúncia, incluindo o problema da renúncia em direito político.

82. Das leis.

83. O orçamento.

84. O direito parlamentar.

85. As comissões parlamentares.

86. O regimento interno das Assembléias.

87. Do Poder Executivo e seus órgãos.

88. O Presidente da República.

89. Do Consêlho de Ministro.

90. As atribuições do Presidente da República e do Presidente do Consêlho.

91. A sanção e o veto.

92. O decreto e o regulamento.

93. Do impeachment.

94. O Poder Judiciário e seus órgãos.

95. Organização e competência do Supremo Tribunal Federal.

96. O recurso extraordinário.

97. O Tribunal Federal de Recursos.

98. A Justiça Militar.

99. A Justiça Eleitoral.

100. A Justiça do Trabalho.

101. O Tribunal de Contas.

102. A justiça dos Estados.

103. O Ministério Público.

VIII

Da Ordem Econômica-social e da Cultura na Constituição Brasileira

104. Do Estado liberal ao Estado social.

105. A ordem econômico-social na Constituição brasileira de 1946.

106. Legislação do trabalho.

107. Planificação social.

108. A legislação anti-trust.

109. O impôsto progressivo sôbre a renda.

110. O conteúdo social da propriedade.

111. A ordem econômico-social e a proteção da família.

112. O divórcio.

113. O problema da educação e da cultura.

IX

As Tendências do Estado Moderno

114. As diretrizes do Estado contemporâneo.

115. As democracias sociais do Ocidente.

116. A democracia social americana.

117. A república francesa.

118. O Estado parlamentar inglês.

119. O fascismo.

120. O Estado soviético.

121. A China marxista.

122. As democracias populares.

123. Os novos Estados da Ásia.

X

Filosofia Política

124. Forma de govêrno e concepção filosófica do mundo.

125. Dinâmica social e evolução política.

126. O destino da democracia brasileira.

127. A democracia socialista.

128. A democracia parlamentar

XI

A Constituição de Pernambuco

129. Histórico das diversas constituições de Pernambuco.

130. Análise da Constituição de Pernambuco de 1947.

Faculdade de Direito da Universidade do RECIFE,
janeiro de 1961.

Prof. Luiz Pinto Ferreira
Catedrático.

4.ª CADEIRA DO 2.º ANO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

INTRODUÇÃO

1. Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.

2. Ciência das Finanças, conceito. Leis financeiras. Os problemas da ciência das finanças.

3. Os métodos lógicos e a ciência das finanças. Método dedutivo, seu valor e aplicação. A indução. Indução histórica e indução estatística. O método das aproximações sucessivas.

4. Fenômeno financeiro. Teorias Econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.

5. Ciência das Finanças e Economia Política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

6. Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças.

Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.

7. Literatura nacional em matéria econômico-financeira.

1.ª Parte

DESPESA PÚBLICA

8. Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.

9. Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

10. A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas. Financiamento das despesas públicas.

11. Principais categorias de firmas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa, da justiça e da educação e instrução.

12. Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

2.ª Parte

RECEITA PÚBLICA

13. Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas

do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.

14. As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

15. Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. A Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.

16. As receitas ordinárias de direito público; as taxas, as contribuições especiais, os impostos.

17. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

18. As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.

19. Contribuição especial. Conceito e fundamento.

20. Parafiscalidade.

21. Impôsto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do impôsto. Função e fundamento do impôsto.

22. Princípios técnicos e jurídicos do impôsto. Cânones de tributação. Justiça no impôsto. Generalidades e

universalidade do impôsto. A uniformidade oficial. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.

23. Postulados econômicos e financeiros do impôsto.

24. Princípios administrativos do impôsto.

25. A bi-tributação. Dupla tributação internacional.

26. Classificação dos impostos. Impôsto direto e indireto. Impôsto real e pessoal. Impôsto proporcional e progressivo.

27. O problema dum sistema racional de impôsto. Impôsto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mistos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.

28. Evolução do impôsto. A transformação dos sistemas fiscais.

29. Efeitos do impôsto. Efeitos psicológicos, morais e políticos. Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do impôsto. A amortização e capitalização do impôsto. Evasão fiscal.

30. Pressão fiscal, seu conceito.

31. Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.

32. Contencioso fiscal.

33. Política fiscal. Fins da política fiscal.

3.ª Parte

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

34. O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.

35. Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.

36. Organização atual do sistema tributário brasileiro. Impôsto da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.

37. Direitos aduaneiros: impôsto de exportação e de importação.

38. Da renda, seu conceito. Renda tributável. Impôsto de renda e caracteres. Sistemas de impôsto de renda.

39. Impôsto de renda no Brasil.

40. Impôsto de consumo. Justiça e elasticidade no impôsto de consumo. Impôsto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.

41. Impôsto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidade e recursos.

42. Impôsto do sêlo, seu fundamento. O impôsto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e reeursos.

43. Impôsto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Impôsto territorial no Brasil. O impôsto predial. Impôsto predial no Recife.

44. Impôsto de transmissão de propriedade inter-vivos.

45. Impôsto de sucessão sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados da Federação. Impôsto de sucessão em Pernambuco.

46. Impôsto de indústria e profissão.

47. Impôsto sôbre vendas e consignações.

4.ª Parte

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS — CRÉDITO PÚBLICO

48. Do crédito público. Natureza e princípios.

49. Dívida pública, noção e finalidade. Principais espé-

cies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.

50. Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.

51. Efeitos econômicos dos empréstimos públicos.

52. Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnico-financeiro. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.

53. Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.

54. Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impôsto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.

55. Impôsto sôbre os lucros extraordinários e impôsto de emergência sôbre o capital.

5.ª Parte

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

56. Noção de orçamento. Sua importância. Aspectos jurídico, político e financeiro do orçamento.

57. Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.

58. Direito orçamentário nacional.

59. Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

60. Equilíbrio orçamentário. Saldos e déficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.

61. Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.

62. Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.

63. Execução do orçamento. Estágio da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

64. Inexistência de verba, insuficiência das verbas vedadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

65. O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publi-

cidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.

66. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.

67. O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.

68. As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.

69. Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças nacionais no regimen republicano. O inflacionismo.

70. Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. A Codificação tributária da União. O Código Tributário de Pernambuco. Código do Município do Recife.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, janeiro de 1962.

Prof. Luis Sebastião Guedes Alcoforado
Catedrático.

5.ª CADEIRA DO 2.º ANO

DIREITO COMERCIAL

Seção I

PONTO I

1. História do comércio — 2 — Caracteres gerais do comércio.

PONTO II

3. Direito Comercial; noção e conteúdo — 4 — História do Direito Comercial — A organização corporativa dos comerciantes — 5 — A Codificação do Direito Comercial.

PONTO III

6. Classificação do Direito Comercial no quadro geral do Direito — 7 — O problema da unificação do Direito Privado.

PONTO IV

8. Fontes do Direito Comercial.

PONTO V

9. Os atos de comércio: conceito e divisão — 10 — Os atos de comércio no direito brasileiro — 11 — O conceito de emprêsa.

Seção II

PONTO VI

12. Sistemas para qualificação do comerciante: pessoa natural e pessoa jurídica — 13 — Sistema brasileiro.

PONTO VII

14. O exercício do comércio pelos relativamente incapazes: o menor, a mulher casada, o interdito — 15 — A proibição de comerciar.

PONTO VIII

16. Deveres do comerciante — 17 — Firma comercial: composição e registro — 18 — Os livros comerciais: formalidades intrínsecas e extrínsecas — 19 — Fôrça probante e exibição dos livros comerciais.

PONTO IX

20. Sociedades: natureza jurídica — 21 — Sociedades civis e comerciais — 22 — Classificação — 23 — Elementos fundamentais.

PONTO X

24. Sociedades de fato.

PONTO XI

25. Sociedade em nome coletivo.

PONTO XII

26. Sociedade em comandita simples.

PONTO XIII

27. Sociedade de capital e indústria — 28 — Sociedade em conta de participação.

PONTO XIV

29. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

PONTO XV

30. Sociedade anônima: noção, orígem e desenvolvimento — 31 — Pressupostos — 32 — Constituição — 33 — Sociedades que dependem de autorização do poder público — 34 — Formação do capital social e sua divisão em ações — 35 — Espécies de ações — 36 — Acionistas e seus direitos — 37 — Administração e fiscalização: assembléia geral, diretoria e conselho fiscal.

PONTO XVI

38. Sociedade em comandita por ações.

PONTO XVII

39. Transformação, fusão e incorporação de sociedades.

PONTO XVIII

40. Dissolução e liquidação das sociedades comerciais.

Seção III

PONTO XIX

41. O estabelecimento comercial, sua natureza jurídica — 42 — Sucursais, filiais, agências — 43 — O ponto ou local do estabelecimento — 44 — O arrendamento de imóvel destinado a fins comerciais — 45 — venda e penhor do estabelecimento comercial.

PONTO XX

46. Nome comercial — 47 — Emblemas, insígnias e letreiros — 48 — O título do estabelecimento.

PONTO XXI

49. Marcas de indústria e comércio — 50 — Inventos industriais — Patentes.

PONTO XXII

51. Concorrência desleal: sua repressão no direito brasileiro.

AULAS PRÁTICAS E EXERCÍCIOS ESCOLARES:

a) Visitas a estabelecimentos públicos e privados, de interêsse da cadeira;

b) redação de instrumentos de contratos e outros atos jurídicos;

c) análise de jurisprudência;

d) trabalhos de seminário;

e) pesquizas científicas.

Faculdade de Direito da Universidade do RECIFE, janeiro de 1962.

Prof. Murilo Humberto de Barros Guimarães
Catedrático.